



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso**

**Participação Social de Estudantes Negras Cotistas
da Universidade de Brasília**

Tatiane Pereira da Costa

Orientadora: Lucélia Luiz Pereira

**Brasília – DF
2015**

TATIANE PEREIRA DA COSTA

**Participação Social de Estudantes Negras Cotistas
da Universidade de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^ª. Ma. Lucélia Luiz Pereira.

**Brasília – DF
2015**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL/SER**

TATIANE PEREIRA DA COSTA

**Participação Social de Estudantes Negras Cotistas
da Universidade de Brasília**

Banca Examinadora

Prof^a Ma. Lucélia Luiz Pereira – SER/IH - UnB
Orientadora

Prof^a Ma. Marjorie Nogueira Chaves – SER/IH - UnB
Examinadora externa

Assistente Social – Ma. Cristiana dos Santos Luiz – SEPPIR
Examinadora externa

**Brasília- DF
2015**

*“Por um mundo onde sejamos socialmente
iguais, humanamente diferentes e
totalmente livres”*

Rosa Luxemburgo

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a DEUS, pois, sem a minha fé, eu não teria tido forças para concluir esta graduação. Agradeço aos meus pais, Alice e Ailton, que sempre “fizeram das tripas coração” para eu tivesse uma melhor educação e conseguisse um crescimento profissional e pessoal. Esta conquista é nossa!

Às minhas irmãs, Aline, Cristiane e Rose, por estarem sempre ao meu lado me incentivando para que alcançasse meus objetivos nessa caminhada, e por servirem de espelho enquanto ótimas profissionais que são. Esta conquista é nossa!

Ao meu marido, Carlos Guilherme, companheiro que tanto amo, que sempre me apoiou e buscou entender minha ausência e me incentivou dia após dia nessa caminhada.

À memória do meu padrasto Eduardo, que não se encontra mais entre nós e que, mesmo sendo um homem analfabeto, sempre me incentivou para essa conquista.

A todas as professoras que realizam seu trabalho de forma plena, mesmo com as dificuldades da profissão, e que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial à minha orientadora, Prof^ª. Lucélia Luiz, pela atenção, paciência, orientação e também por ter me dado forças para que eu não desistisse dessa caminhada.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo, pelas de trocas de experiência dentro e fora de sala, fazendo entender que a formação profissional vai além dos livros.

Às orientadoras do estágio que tive, Irene e Thatiely, que colaboraram para o conhecimento prático do exercício da profissão, pelos exemplos e apoio.

Às minhas amigas que sempre estiveram comigo durante essa caminhada, perguntando dia após dia quando eu iria me formar, me incentivando e compreendendo.

À minha professora do ensino médio e tia de coração, Jaine Alves, pelo trabalho que desenvolve no Centro de Ensino Médio 01, que faz com que jovens de periferia consigam almejar um futuro melhor e despertar o desejo de ingressar em uma Universidade Federal. Esta conquista é nossa!

Aos colegas de militância dos grupos dos quais participei desde 2010, que serviram como grandes incentivadores para formar e decidir os meus posicionamentos políticos, a minha base crítica e fortalecimento de minha própria identidade negra e de esquerda, cito: Afroatitude UnB, GEAC, Gestão OLGA e Vamos à Luta – Psol.

Aos Movimentos Negros, Movimento de Mulheres Negras e ao Movimento Estudantil, que despertaram em mim o interesse em contribuir e lutar para uma sociedade melhor em todos os âmbitos da vida.

A *todxs* que sempre me incentivaram e acreditaram no meu potencial quando nem eu mesmo acreditei. Vocês contribuíram para que tudo desse certo e eu guardarei *todxs* em meu coração. Esta conquista é nossa!

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma o ingresso na Universidade influencia a participação social de estudantes negras cotistas, buscando verificar como se dá sua inserção nos espaços de decisão e participação social e política. Foi adotada a metodologia qualitativa e, como instrumento de coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas por meio de um roteiro previamente elaborado. Ao todo, 10 estudantes negras cotistas, que ingressaram na Universidade de Brasília nos cursos de Geografia, História e Serviço Social nos anos de 2011 e 2012, foram entrevistadas.

O estudo analisou fatores motivadores e também impeditivos para a participação das estudantes em movimentos sociais diversos, tais como políticos, religiosos, sociais e estudantis. Levou-se em consideração alguns fatores, como influências familiares, limites institucionais, o cotidiano de cada estudante entrevistada e suas condições de vida. Foram adotados cuidados éticos recomendados na realização da pesquisa, como: informar aos participantes sobre objetivos da pesquisa, garantir sigilo das informações e anonimato, além da solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como principais resultados, destaca-se que a maioria das participantes tem conhecimento sobre o significado de participação social e ressalta sua importância, no entanto, grande parte não participava de movimentos sociais. Por fim, é relevante entender que, neste estudo, a participação social dessas estudantes é vista como um exercício de cidadania por uma perspectiva na luta por direitos sociais e, por isso, foi necessário analisar o que poderia influenciar para que elas participassem ou deixassem de participar de grupos e/ou atos em prol de direitos. Um fator questionado foi a trajetória familiar.

Mesmo sob essa perspectiva, o estudo mostrou que a maioria das estudantes não participa socialmente nos espaços supracitados devido a fatores como: tempo, dedicação exclusiva ao curso e projetos acadêmicos, obrigações domésticas e até mesmo pela falta de interesse, mostrando, por fim, que a trajetória familiar não influencia, pois, das três entrevistadas que alegaram participar, apenas duas têm casos de participação social em sua família e duas que não participam têm familiares que participam.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Social, Negras, cotistas, Movimento de Mulheres Negras.

ABSTRACT

This research had the intention to examine how the entry into the University influences social participation of shareholders black students, seeking study how their inclusion in decision-making spaces and social and political participation. Qualitative methodology was adopted and, as a data collection instrument, semi-structured interviews were conducted using a predefined script. In all, 10 shareholders black students who entered the Universidade de Brasília in Geography, History and Human Services courses in 2011 and 2012 were interviewed. The study examined factors that motivate or impede also for the participation of students in various social movements, such as political, religious, social and student. It took into account factors such as family influences, institutional limits, the daily life of each student interviewed and their living conditions. Recommended ethical guidelines were adopted in conducting the research, such as: inform participants about research objectives, ensure information confidentiality and anonymity, in addition to request the signature of the Consent Agreement and Informed. As main results is that most participants aware about the meaning of social participation and highlights its importance, however, most did not participate in social movements. Finally, it is important to understand that, in this study, social participation of these students is seen as an exercise of citizenship by a perspective in the struggle for social rights, and so it was necessary to analyze which could influence so that they participate or did not join groups and/or acts on behalf of rights. One factor was questioned family history. Even from that perspective, the study showed that most students doesn't participate socially in the above areas due to factors such as time, exclusive dedication to the course and academic projects, household chores and even the lack of interest, showing, finally, that family history doesn't influence because, of the three respondents who claimed to participate, only two cases have social participation in family and two participating not have family members who participate.

KEYWORDS: Social Participation, Black, Shareholders, Black Women's Movement.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução | 9 |
| 1.1 Procedimentos Metodológicos | 10 |
| 2. Capítulo 1 - Participação social e perspectiva de direitos | 13 |
| 3. Capítulo 2 - Transversalidade de Gênero e raça e movimento de negros e negras | 21 |
| 3.1. Falando sobre Gênero | 23 |
| 3.2. Discutindo a Questão Racial | 27 |
| 3.3. Interseccionalidade e Transversalidade de Gênero e Raça | 28 |
| 3.4. História e luta do Movimento Negro | 31 |
| 3.5. Movimento de Mulheres Negras Contemporâneos | 31 |
| 4. Capítulo 3 - Análise dos dados | 34 |
| 4.1. Caracterização/Perfil das Entrevistadas | 34 |
| 4.2. Participação Social na perspectiva dos direitos | 35 |
| 5. Considerações Finais | 46 |
| 6. Referências Bibliográficas | 48 |
| ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 51 |
| ANEXO B: Roteiro de entrevista | 52 |

1. Introdução

O presente trabalho buscou analisar como o ingresso na Universidade contribui para que Estudantes Negras Cotistas tenham maior participação social, de forma a revelar o contexto sócio histórico e econômico por meio de relatos de sua história de vida, busc: compreender as influências na decisão de estarem nos espaços de participação social. Para tai, foram analisados a trajetória das estudantes na universidade e ingresso em movimentos sociais e estudantis, e identificadas a percepção das estudantes acerca de participação social e perspectivas de direitos.

É importante destacar que o interesse pela temática abordada neste estudo surgiu durante a trajetória acadêmica na Universidade, que me permitiu – em cinco anos de vivência na graduação – participar de movimentos sociais e estudantis. Movimentos que possibilitaram a experiência de inserção em campo nos diversos espaços de luta, tais como os movimentos negro e estudantil, onde ocorrem aprendizados teórico e prático para a vida profissional e pessoal de qualquer indivíduo.

A busca por compreender a influência da universidade na participação de estudantes cotistas se justifica também pelo contexto histórico onde a participação de mulheres negras em movimentos sociais sempre se deu de forma conflituosa, seja no movimento negro, seja no movimento feminista. Como resume a pesquisadora e militante feminista negra Silvana Bárbara (2013):

Apesar da inegável importância desses movimentos (movimento Negro e Feminista), desde o início, as mulheres negras se depararam com grandes empecilhos para sua efetiva participação nas duas formas de mobilização. Por um lado, o Movimento Feminista não considerava a relevância das questões raciais, considerando com descaso a luta negra dentro da ação das mulheres. Por sua vez, o Movimento Negro estava muito afastado das demandas e discussões de gênero, além de não propor lutar contra discriminação sofrida pelas mulheres. (SILVA, 2013, p. 2)

Por considerar que a universidade é um ambiente de formação pessoal e profissional, tornou-se importante entender como as estudantes entrevistadas compreendem participação social e perspectiva de direitos. A dinâmica social onde está inserida a mulher negra é movida pela ordem capitalista, o que faz com que a luta da maioria seja por direitos sociais e, muitas vezes, por direitos básicos de sobrevivência.

Além disso, historicamente, a mulher negra, mesmo que nos espaços de disputa de poder do próprio movimento negro, sempre teve dificuldade em ter suas reivindicações e demandas atendidas. Destacava-se o racismo, porém, esse nunca era associado de modo transversal ao machismo e ao sexismo. O movimento feminista, durante muito tempo, não dialogou com as demandas das mulheres negras.

Desde então, as mulheres negras começaram a se organizar politicamente, proporcionando algumas mudanças nesta realidade. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2012), o percentual de mulheres negras com diploma universitário já supera o de homens negros: 3,1% delas concluíram a graduação, contra 2,7% deles. Pode parecer pouco, mas é significativo.

Apesar da realidade diferenciada da mulher negra no contexto brasileiro, onde ocorre uma batalha para que ela possa se inserir nos espaços políticos e decisórios, percebe-se que ainda não há estudos suficientes destacando a participação e a inserção das mulheres nos espaços na busca por seus direitos, principalmente das jovens que ingressaram nas universidades.

Segundo dados do Censo de 2010, a população Brasileira é composta por 50,74% de Negros, 47,73% de Brancos, 1,09% de Amarelos e 0,43% de Indígenas. No entanto, o Caderno de Subsídios para o debate da III Conferência de Promoção de Igualdade Racial, no item 228, apresenta que dos 27 partidos existentes, apenas 12 partidos elegeram negros para cumprirem mandatos. Tais dados demonstram a fragilidade com que negros são inseridos nos espaços políticos.

Os movimentos sociais e estudantis contribuem significativamente para a formação de quadros políticos desses partidos e também na disputa de vagas e cargos nos conselhos e outros espaços de poder. Por isso, há uma grande importância de inserção dessas estudantes ainda no âmbito da Universidade, podendo, assim, reverter a invisibilidade da população negra e, principalmente, da mulher negra dentro da política.

Desta forma, o presente estudo se mostra relevante à medida que busca contribuir para a discussão sobre o processo de mobilização e incentivo para que as mulheres negras reconheçam a importância de se inserir nos espaços políticos para conquistas e garantias de seus direitos, tanto no âmbito acadêmico, como na sociedade como um todo, podendo almejar participar e conquistar cargos de poder nos espaços políticos de seu interesse.

1.1 Procedimentos Metodológicos

No que se refere à metodologia, este trabalho utilizou-se de pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas com 10 estudantes cotistas ingressas no Instituto de Ciências Humanas. De acordo com Strauss e Corbin (2008), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade do fenômeno mediante técnicas específicas. Segundo Demo (1999):

A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (DEMO, 1999, p. 135)

Nesse sentido, entendeu-se que o método mais adequado para este estudo foi o materialista dialético. Segundo Pádua (2004), esse método permite uma análise que busca afirmações mais aproximadas da realidade, revelando a relação entre o “real aparente” e o “real concreto”. Utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que permite ao pesquisador extrair uma quantidade maior de dados, deixando o trabalho bastante rico e com maior possibilidade de se conseguir todas as informações necessárias. De acordo com Manzini (2004):

Existem três tipos de entrevistas: estruturada, semiestruturada e não-estruturada. A semiestruturada é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. (MANZINI, 2004, p. 89)

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro composto por um conjunto de questões sobre o tema, possibilitando que as entrevistadas discorressem livremente sobre a temática. O público-alvo foi formado por estudantes negras que entraram pelo sistema de cotas na UnB nos anos de 2011 e 2012. Inicialmente, foi estabelecido que as estudantes deveriam ser classificadas como vulnerável socioeconomicamente pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), portanto, fazendo parte dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade. No entanto, não foi possível utilizar este critério devido ao não acesso à lista da DDS, por questões de sigilo e privacidade das estudantes. Considera-se, no entanto, que o impedimento da utilização deste critério não prejudicou o alcance dos objetivos estabelecidos para a pesquisa.

Dessa forma, atendendo aos demais critérios, foram selecionadas 10 estudantes mulheres, cotistas, com ingresso em 2011 e 2012. Destaca-se que, como havia um grande número de estudantes negras cotistas do Instituto de Ciências Humanas – IH na relação de estudantes, fornecida oficialmente pela Secretaria de Administração Acadêmica, optou-se por selecionar duas estudantes de cada curso – Serviço Social, História, Geografia e Filosofia. No entanto, após contato e convite às estudantes selecionadas, encontrou-se dificuldades no aceite do convite por estudantes do curso de Filosofia, por isso, foram entrevistadas cinco (5) estudantes de Serviço Social, três (3) de História e duas (2) de Geografia.

Após realização da pesquisa de campo, as entrevistas foram transcritas e adotou-se a análise de conteúdo para apresentação dos resultados da investigação. Para Chizzoti (1991), este é um método de tratamento e análise dos dados coletados em entrevistas. A técnica se aplica à análise dos textos escritos, documentos ou de qualquer forma de comunicação. E tem como objetivo compreender de forma crítica o sentido das comunicações, entender seu conteúdo manifesto ou latente, as significações que estão dadas ou aquelas que estão escondidas.

Para a realização dessa pesquisa, foram adotados alguns procedimentos éticos, tanto na coleta, quanto na análise dos dados. As entrevistas foram registradas com autorização das participantes e lhes foi garantido o sigilo das informações e a não identificação/anonimato das entrevistadas. Antes de sua realização, as estudantes foram devidamente esclarecidas sobre os objetivos do estudo e, quando concordaram em ser entrevistada, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a análise, interpretação e sistematização dos dados obtidos, conforme acordo com as entrevistadas, serão divulgados os resultados com envio da Monografia final por e-mail, bem com a postagem no Acervo da Biblioteca Central da UnB.

A presente monografia está organizada em três capítulos. No capítulo 1, discutiu-se Participação Social e Perspectiva de Direitos. No capítulo 2, tendo em vista a compreensão sobre os movimentos na sociedade contemporânea, buscou-se entender as categorias *gênero e raça*, *transversalidade* e o *movimento de negros e negras*, a fim de entender tais categorias históricas juntamente com a vida acadêmica e social das estudantes negras cotistas dessa pesquisa. Por fim, no capítulo 3 buscou-se analisar os dados da pesquisa com base nas entrevistas e levantamento bibliográfico.

2. Capítulo 1

Participação social e perspectiva de direitos

Para uma melhor discussão de participação social, é importante trazer a categoria *sociedade civil*, por ser indissociável neste debate. A sociedade civil, de forma geral, é uma expressão que indica o conjunto de organizações e instituições cívicas voluntárias que constituem os alicerces de uma sociedade em funcionamento, em oposição a estruturas que são ajudadas pelo Estado.

No século XX, Gramsci (1971) apresenta uma nova roupagem para o conceito de sociedade civil, afirmando que esta não se configurava apenas como uma expressão das necessidades individuais, mas que se relacionava com a interferência que a organização coletiva possibilitava na realidade cotidiana. Hoje, a sociedade civil representa e está inserida num contexto de intensas lutas, refletindo nos grandes avanços e ganhos sociais das organizações coletivas na garantia de direitos e na formulação de políticas públicas.

Gramsci contribuiu grandemente para a análise do conceito de sociedade civil e também da dicotomia sociedade civil/Estado. De acordo com Coutinho (1999), Gramsci afirma que o Estado não deveria ser visto apenas como Governo. Gramsci faz a divisão de Estado em *sociedade política* e *sociedade civil*. Segundo o autor, a sociedade política é referente às instituições políticas e o controle legal e constitucional que exercem. Já a sociedade civil é vista como um organismo não-estatal ou privado (Gramsci *apud* Coutinho, 1999).

A participação da sociedade civil vem conquistando diferentes espaços de participação democrática no Brasil, principalmente nos últimos anos, sob a condução das políticas públicas. Alguns desses espaços, como os Conselhos deliberativos, Orçamento Participativo, Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Políticas Públicas, são importantes instrumentos de fortalecimento da democracia participativa¹.

No ano de 1980, o Brasil foi marcado por um processo caracterizado pelo surgimento de vários mecanismos de participação social. Foi traçada, então, uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil no contexto da democratização. Os mecanismos de participação são vistos como a entrada da sociedade civil no controle e fiscalização das políticas públicas e, mais do que isso, é uma das principais portas para a construção da cidadania.

¹ Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo/Brasília, Editora 34/ENAP. (Bresser Pereira, L. C., 2002)

Na Constituição Federal de 1988 é recomendada a participação da população no controle e gestão das políticas públicas. Foram previstos conselhos colegiados, na maioria das vezes deliberativos e paritários, organizados por representantes da sociedade civil e do governo, com capacidade de contemplar, controlar e fiscalizar as políticas públicas (Gomes, 2000).

Neves aponta “*que esses novos espaços públicos irão representar a construção de uma cultura participativa com base em um processo de congestão com o Estado, no qual terão lugar negociação e as disputas na política*” (NEVES, 2008, p. 14). São locais de disputas, propostas, projetos, negociações e ações para garantir a participação da sociedade civil nas decisões acerca das políticas públicas.

Hoje, na sociedade civil, existe um conflito de ideias entre o projeto neoliberal e o projeto democrático-popular, Neves e Silva (2009) explicam que:

O primeiro, sendo ele uma das estratégias para a crise do capital, prioriza a estabilidade monetária a qualquer preço, reduzindo os gastos na área social e transferindo as responsabilidades do Estado com relação às políticas sociais públicas para o setor privado ou para a própria sociedade civil. O segundo, afinado com os setores progressistas da sociedade que lutaram por sua redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, afirma a necessidade da participação e do controle social da população sobre as decisões públicas junto ao governo local no sentido de garantir a universalização dos direitos, assegurados pelo Estado. (NEVES e SILVA, 2009, p. 2)

As propostas neoliberais visam a redução do Estado, favorecendo em grande escala o econômico em detrimento do social, significando a redução de direitos dos cidadãos. A perspectiva neoliberal amplia o papel do terceiro setor, imputando-lhe as demandas que são de responsabilidade do estado democrático e de direito. Numa perspectiva não neoliberal, a participação social garantida na Constituição de 1988 é característica central do projeto democrático-popular, como afirma Dagnino (2004).

Ao valer-se de mecanismos de controle social, a população organizada poderá interferir na forma como serão utilizados os bens e serviços públicos. Um dos requisitos importantes que o controle social por meio de canais democráticos de participação social apresenta é o estabelecimento de relações entre o Estado e a sociedade (Correia, 2000).

De acordo com Correia, “*os mecanismos de controle social são, ao mesmo tempo, resultados do processo de democratização do país e pressupostos para a consolidação dessa democracia*” (CORREIA, 2000, p. 54). O empoderamento da sociedade civil fortalece o controle social contribuindo para a consolidação e implementação de um projeto democrático de Estado.

Nos anos 1990 ocorre o crescente aumento dos espaços públicos de participação com o objetivo de ampliar a participação social. Nas novas relações entre Estado e sociedade civil acontece uma negociação entre os dois que permite uma ação conjugada na finalidade de defender os interesses coletivos (Neves e Castro, 2012). Nesse aspecto, quando os cidadãos participam da construção do sistema político, reconhecem os seus direitos de cidadão. Essas experiências cooperam para a criação de espaços públicos que são lugares onde as ideias podem ser expostas, discutidas e negociadas (Dagnino, 2004).

Os espaços públicos de participação da sociedade civil são importantes para afirmar direitos, tornando-se uma saída contra o projeto neoliberal. Entretanto, para alcançar esse resultado, muitos desafios terão que ser enfrentados (Neves e Castro, 2012). Tais desafios se referem à problemática de ir contra o projeto formado pelo sistema capitalista. Assim, temos a busca de envolver mais o sujeito de direitos, ocupar os espaços de construção e deliberações de políticas.

Corroboramos com a argumentação de Neves (2008), que ressalta a importância da participação social para o fortalecimento da democracia à medida que estabelece uma arena de conflito em que o Estado é obrigado a negociar. Portanto, a participação da sociedade civil favorece a divisão do poder decisório do Estado e, ao mesmo tempo, promove o controle democrático sobre ele. A participação da sociedade civil nada mais é do que fortalecer os indivíduos frente ao projeto neoliberal, para que estes se sintam sujeitos de direitos e façam das lutas sociais momentos e/ou espaços de debate para a democracia popular, nos quais estes intervenham e tenham voz.

A expressão *controle social* tem origem na sociologia em Durkheim: “é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais” (Correia, 2005, p. 54). Porém, tal conceito não mantém apenas este significado. Em alguns âmbitos teóricos, a expressão *controle social* tem significado ambíguo, podendo significar o controle exercido pelo Estado sobre a Sociedade, como ocorreu na ditadura militar por forma de repressões e decretos, como também o poder exercido pela Sociedade Civil empoderada sobre o Estado, como foi visto também nesse momento histórico de fim da ditadura com o *Diretas Já!*, movimento que se deu com a mobilização da sociedade se opondo ao estado e fazendo uso de seu poder de decidir também.

Nos espaços de união da sociedade civil, como conselhos, sindicatos e movimentos sociais, a intenção nada mais é do que criar maneiras e estruturas para que ocorra o controle

social de forma horizontal, controle social da sociedade sobre o Estado, com fiscalização e atenção sobre as ações do mesmo. No entanto, alerta Neves (2010):

É importante ressaltar que, embora esses espaços sejam frutos de lutas sociais, eles também correm o risco de serem despolitizados, esvaziado de seu conteúdo político, seja pela ofensiva neoliberal, seja pela herança de uma relação entre Estado e sociedade civil marcada pelo clientelismo, patrimonialismo e pela burocracia da política brasileira. (NEVES, 2010, p. 50)

A partir da participação da sociedade civil nas decisões do Estado, a relação Estado e Sociedade nos anos 1990 modificou-se intensamente. Assim, a visão e táticas de enfrentamento mudaram suas formas culturais e políticas, trazendo novas respostas por meio de um novo tipo de participação, lembrando, é claro, dos espaços onde a visão teórico-política não perdeu o espaço para o oportunismo da ofensiva neoliberal.

Para Tatagiba (2002), a participação social é compreendida como um direito e dever de todo cidadão². A participação social é um instrumento que permite aos indivíduos exercer sua democracia e cidadania na busca por seus direitos perante o Estado, e não somente de forma direta. Tal participação se dá em diferentes espaços decisórios de busca coletiva, como foi citado. Pode-se dizer que a participação da sociedade civil na política é uma conquista das diversas formas de manifestações, assim como a sua instrumentalização na Constituição de 1988. Entretanto, o cenário político é, segundo Tatagiba (2002), um campo minado, onde os espaços são delimitados.

A Participação Social está totalmente vinculada ao modelo de democracia que temos no Brasil. Assim como no espaço da sociedade civil, o processo de construção democrática no entendimento de Dagnino (2004) é um espaço contraditório, permeado por conflitos que vão desde o interesse do povo ao interesse do governo que também se insere nesses espaços, se vinculando a uma diversidade infinita de fatores sociais, no que diz respeito à relação Estado e sociedade civil.

No Brasil, foi a partir dos anos 1990 que ocorreu um interesse de construção democrática do Estado ao se relacionar com as esferas da sociedade civil, para que se tivesse na época uma maior interação da sociedade civil referente aos movimentos e demandas daquele momento, relacionadas à criação de espaços públicos sobre os olhares do governo. Assim, essas demandas passaram a ser objeto de política e também das ações políticas,

² O termo *cidadão* citada por várias vezes nesse capítulo refere-se aos cidadãos de direitos que exercem sua cidadania. Para o conceito de cidadania, nos baseamos nos estudos de MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Estados**, Rio de Janeiro, Ed, Zahar, 1967.

fazendo o Estado repensar sobre o projeto político que teria que se ater agora com a participação democrática da sociedade civil.

Na história do Brasil, a década de 1990, como bem relata Seoane (2013), *“foi cenário de projetos de cunho democratizante por parte da sociedade civil, que conduzia a prática política de seus setores, rumo ao poder do Estado, quando a mesma no contexto da redemocratização se faz mais politizada para exercer o controle social”*. Para Seoane (2013), foi nessa época que surgiu a partilha de poder, que ela entende como o momento em que se manifesta um tipo de demanda pela ampliação do âmbito das decisões envolvidas.

Isso, de fato, tem relação com as inúmeras leis que procuram exercer maior controle da sociedade sobre o Estado e que esbarram na cultura político-conservadora, que está fortemente arraigada à sociedade atual. No entanto, ao fazer esse contraponto sobre a participação social e a democracia no Brasil, só temos que nos atentar a proposta neoliberal onde o Estado se atem a intervir mais na economia e menos no social, a conjuntura agora é que a sociedade civil seja capaz de intervir no Estado e alterar a ordem e a proporção de intervenção e investimentos.

Contudo, é importante citar que a participação popular sempre existiu, mesmo antes do modelo capitalista de produção, onde as pessoas se reuniam nas praças para tomar decisões sobre ações referentes à vida daquela comunidade ou às pessoas da mesma, a exemplo de Atenas. Logo, falar sobre participação social e democracia, ou seja, a democracia como sistema político que permite um avanço na participação social, requer que lembremos que todas as mobilizações que vão desde estruturas mais formais, como conselhos³ até os movimentos sociais, são formas legítimas e indispensáveis de participação popular, além de um importante espaço que emerge quando temos na sociedade injustiças e desigualdades.

Assim como o conceito de controle social e democracia, os movimentos sociais no Brasil têm a sua construção no momento sócio histórico brasileiro que foi marcado pelos governos autoritários, sobretudo com a luta pela democracia em massa impondo suas ideologias e necessidades políticas. Os movimentos sociais são, sobretudo, ferramentas de controle social onde a sociedade civil tem espaço de se unir organizadamente para alcançar objetivos relacionados a mudanças sociais através do enfrentamento político, de acordo com o

³ Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

posicionamento político e interesses ideológicos de cada um deles dentro da sociedade, um espaço não neutro permeado por tensões sociais.

O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. Compartilhamos a ideia de Hobsbawm quando afirma que as identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis. Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, usualmente de forma homogênea (nos termos criticados por Fraser, 2001), a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. (GOHN, 2011, p.10)

Os movimentos sociais são ferramentas e espaços de lutas históricas. Segundo Gohn (2001, pag.163), “*em suma, atribui-se aos movimentos populares um papel de destaque no processo de transformação social, como novos agentes que buscam construir uma identidade coletiva, fundada nos interesses dos subordinados*”. Historicamente, quando falamos em movimentos sociais, lembramos que esses já tiveram lutas e passaram por vários espaços relacionados a diferentes formas de governo e conjuntura, tida como lutas de movimentos populares em geral.

Segundo Gohn (2001), as lutas populares se iniciam no séc. XVIII, com as lutas e os movimentos pela independência, e prosseguiram no século XIX com lutas em torno da escravidão, lutas de pequenos camponeses, lutas pela mudança de regime político (pela República ou restauração da Monarquia) entre outras, como as lutas, movimentos e rebeliões nativistas na primeira metade do século. Na segunda metade do século, temos as lutas dos escravos, a questão militar e o surgimento dos movimentos das sociedades e associações mutualistas. Em seguida, a autora Gohn pontua em seis fases como se deu as lutas no Brasil no século XX a partir de seus interesses e o período em que se deu:

Como aporte histórico, brevemente temos o mapeamento das lutas e dos principais movimentos do século XX (...): 1) As lutas sociais da primeira República; 2) As lutas sociais após a revolução de 1930 até a queda do Estado Novo; 3) As lutas e os movimentos no período Populista 1945-64; 4) A resistência durante o regime militar 1964-74; 5) As lutas pela redemocratização 1975-82 6) A época da negociação e a era dos Direitos 1982-95. (GOHN, 2001, p.61)

No decorrer da história, é justamente nesse recorte do período de 1982 a 1995 que temos as lutas mais marcantes no nosso cenário sociopolítico do Brasil, especialmente nos anos 1990. Não que as anteriores não fossem importantes para a nossa história e nosso crescimento político, porém, essas que se seguem marcam uma transição de um “novo” movimento social, onde as lutas começam a se intensificar de forma mais conjunta em uma

ordem mais social e contra hegemônica, até que chegamos nos conceitos de movimentos sociais que utilizamos hoje.

Enquanto nos anos 1980 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas, e outras, nos anos 1990, são pluriclassistas, com o apoio e participação das camadas da população. (GOHN, 2001, p.205)

Assim, percebemos que, no século XX, o campo de luta pela cidadania se amplia. Novas demandas são introduzidas, incorpora-se algumas noções de direitos políticos modernos ao lado de demandas para alterar a ordem conservadora existente. Surgem, então, lutas com caráter de controle social e político. Contribuíram para isso os seguintes: Movimentos dos trabalhadores com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 1983); Movimento Diretas-Já (1984); Movimento Negro Unificado (MNU, 1978); Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR, 1985) entre outros.

As grandes lutas históricas dos movimentos populares e sociais contribuíram para chegar na realidade atual, com a participação social cada vez mais empreendida pelos cidadãos que buscam exercer e reivindicar direitos. Vale lembrar que as lutas por obtenção ou ampliação de direitos (econômicos, sociais, culturais e políticos) sempre fizeram parte das lutas por igualdade e liberdade.

Sendo assim, é possível afirmar que as lutas dos movimentos sociais estão imbricadas na divisão de classes do sistema capitalista, na medida em que há um tensionamento entre as classes antagônicas e contraditórias por melhores condições sociais. É por meio da participação e pressão popular que ocorre um ponto de inflexão em que são criadas as possibilidades para as negociações que visam melhores condições de vida. É importante ressaltar que nem todos os movimentos sociais são puxados pela esquerda, a direita brasileira também se organiza e sai às ruas em busca de suas lutas.

É nesse contexto que os movimentos sociais como um meio de participação popular são importantes, pois fazem com que a sociedade se organize de forma que essas apresentem respostas mais ou menos significativas para o atendimento das demandas sociais. Tal movimento tem extrema importância pela sua capacidade de cobrar mudanças quando algo não corresponde aos interesses daqueles grupos e, além disso, mostra a insatisfação dos cidadãos perante medidas adotadas por governantes.

Dessa forma, os movimentos sociais passam a atuar como fomentadores do processo de negação e independência em relação aos outros e da afirmação e construção de uma identidade social própria, através da qual os indivíduos transformam-se em

sujeitos de sua história. Nessa contextualização, a identidade torna-se o ponto de especificidade dos movimentos sociais, traduzindo-se no referencial de existência deles, permitindo que ultrapassem o limite dos traços diferenciais. Sendo assim, o fator identidade atua como expressão política, uma vez que o desenvolvimento do processo de percepção conduz o grupo à consciência dos seus interesses, direitos e reivindicações, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. (SILVA, 1994 p.31)

Claramente, a luta por direitos e a garantia dos já conquistados se mostra historicamente e, nos dias de hoje, através da participação social dos cidadãos inseridos, cada um em seu universo, através de conselhos e movimentos sociais.

A cidadania brasileira foi sendo construída ao longo da história e não é produto recente. A diferença básica é que hoje, no Brasil, podemos falar de uma cidadania ativa⁴. Ainda que os vestígios da cultura patrimonialista tenham força no conjunto da população, os conflitos sociais contemporâneos têm encontrados novas formas de se expressar, diferentes das tradicionais, baseadas em condições, na negociação pessoal. Trata-se do surgimento da forma de órgãos como mediadores povo-poder. (GOHN, 2001, p.211)

Assim, a participação social é um mecanismo emancipador para os cidadãos na busca de seus direitos e reconhecimento de deveres. E é também por meio dessa participação em conselhos, sindicatos e movimentos sociais em geral que os indivíduos podem acessar e cobrar que decisões sejam tomadas, almejar cargos de gestão e/ou de influência decisória. Enfim, fortalecer uma participação democrática para que todas as demandas sejam atendidas, seja na criação de políticas públicas necessárias, ações afirmativas e/ou garantias de direitos fundamentais aos seres humanos.

De acordo com Marx, *“não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”*. (Marx, 1982, p. 108). Portanto, o resgate das formas de participação social é fundamental para o incentivo do exercício pleno da cidadania e perspectivas de direitos, sem esquecer que é a participação da sociedade civil que sempre irá fortalecer os sujeitos políticos coletivos na luta contra a ofensiva neoliberal e na luta constante contra o capital e suas péssimas consequências para aqueles que não o detém.

A partir de todo o debate levantado neste capítulo, sobre as formas de participação social como busca de direitos dos cidadãos, exercendo o controle social sobre o Estado, que podem se dar nas esferas de conselhos e ou movimentos sociais, neste trabalho irei me deter ao Movimento Negro, referendando o papel das mulheres negras nesses espaços e como elas participam socialmente e buscam seus direitos.

⁴ Vide BENEVIDES, Maria Vitória. A Cidadania Ativa. São Paulo, Ed. Ática, 1991.

O Movimento Negro é o conjunto dos diversos movimentos sociais afro-brasileiro que teve visibilidade a partir da redemocratização pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Contudo, os negros e negras sempre estiveram organizados historicamente, porém, até a abolição da Escravatura em 1888, estes movimentos eram quase sempre clandestinos e de caráter radical, pelo fato de que seu principal objetivo era a libertação dos negros e negras cativos.

Historicamente, a população negra sofre e colhe os frutos do regime de escravidão vivido em função de um modo de produção, frutos do colonialismo. No Brasil, isso não é diferente. Sendo assim, a busca por direitos, que começou com a busca pela liberdade, não está fora de nosso contexto sócio-político. A população negra brasileira esteve presente ou, pelo menos, buscou junto a milhares de brasileiros ir contra o projeto hegemônico vivido. Atualmente, as práticas realizadas após o processo de construção sócio histórica do movimento negro enquanto movimento social é a expressão política gerada pelo fator identidade negra que se constituiu no aprendizado do exercício da cidadania desses sujeitos.

3. Capítulo 2

Transversalidade de Gênero e raça e movimento de negros e negras

3.1. Falando sobre Gênero

A categoria *gênero* não está ligada à identidade adotada ou atribuída a uma pessoa de acordo com seu sexo biológico. Ainda que *gênero* seja usado em muitos contextos como sinônimo de sexo, nas ciências sociais e na psicologia refere-se às diferenças sociais, e é conhecido nas ciências sociais e humana como papéis de gênero construídos socialmente. No Brasil, o conceito de *gênero* foi introduzido por pesquisadoras norte-americanas que utilizavam a categoria para abordar as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (Grossi, 2000).

A historiadora e feminista Joan Scott (1988) foi a principal referência para os debates e construção do conceito de gênero no Brasil, especialmente com o artigo publicado em 1988, intitulado *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*, onde a autora traz várias análises e definições históricas sobre a terminologia de gênero:

Na sua utilização mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram nos últimos anos. (...) Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira

vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso termo “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. (SCOTT, 1988, p.75)

Vale ressaltar o posicionamento de Scott (1992), que considera o conceito de *gênero* como uma categoria de análise histórica, cultural e política. Por isso, expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade demais mudanças. Contudo, a partir dessa discussão de gênero, temos o surgimento do movimento feminista que tinha em seu seio a criação de estratégia organizada feita por mulheres construindo ações para suprimir o patriarcado.

Os estudos feministas brasileiros sofreram uma grande mudança teórica na construção social do sexo e gênero a partir dos anos 1980, influenciados pelos referenciais norte-americanos e franceses. Logo, o feminismo mostrou, através de estudos sociológicos e antropológicos, que as explicações de ordem natural são, na verdade, uma formulação ideológica, utilizada para justificar e legitimar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Assim, *gênero* determina tudo que é social, cultural e historicamente definido e não é sinônimo de sexo.

O feminismo tem sua origem no século XIX, período em que os povos adotaram cada vez mais a percepção que as mulheres são oprimidas numa sociedade centrada no homem, por meio do legado do patriarcado. As primeiras manifestações desafiaram ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público e também, propostas mais radicais que iam além da igualdade política, mas que abrangiam a emancipação feminina, pautando-se na relação de dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida da mulher. (ALVES, 1991, p.15)

Para bell hooks (2005), o único problema das companheiras feministas nos anos 1970, inclusive Joan Scott, foi não entender que algumas questões como a relação entre patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo não poderiam estar dissociadas. Tudo faz parte do mesmo rolo opressor de dominação da sociedade capitalista. Tais questões agem sobre as mulheres de uma forma única e conjunta e não uma de cada vez. Assim, quaisquer ações sem tal planejamento sofreriam e sofreram para serem postas em prática.

Ao analisar qualquer categoria que envolva as questões sociais, passou-se a olhar todas sempre com o ‘olhar de gênero’, seja para analisar os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à

cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas e à sexualidade. Por fim, foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gênero e que questionaram uma ordem sexual tida como natural.

3.2. Discutindo a Questão Racial

O uso do termo *raça*, ao fazer referência ao segmento negro, sempre causou grande debate no âmbito das Ciências, inclusive nas Ciências Sociais de um modo geral e no dia-a-dia do povo brasileiro, em particular. Por isso é necessário entender o contexto do qual a palavra *raça* é utilizado.

No início do século XX, grupos Nazi-Facistas na Europa utilizaram o termo *Raças Humanas* como conceito biológico através da diferenciação entre “raças superiores” e “raças inferiores”. No Brasil, no entanto, a perspectiva da utilização do termo *raça* (conceito sociológico) trata-se, na verdade, do debate em torno dos conflitos existentes das relações de brancos e negros no Brasil.

No intuito de desvincular tal ideia, pesquisadores das relações étnico-raciais e os militantes do movimento negro⁵ passaram a utilizar o conceito sob uma nova interpretação, que se baseia nas dimensões sociais, culturais e políticas do termo citado. Esses profissionais entendem inclusive a importância do uso de outros termos para falar do pertencimento racial do brasileiro. Afirma-se, então, que a utilização do termo *raça* neste trabalho parte da análise de um conceito ressignificado e socialmente atribuindo-o um significado político a partir da análise das especificidades do racismo existentes no contexto brasileiro e considerando as dimensões históricas e culturais que este nos remete.

Em função dessa dimensão cultural, alguns pesquisadores fazem a opção pelo termo étnico-racial em seus estudos sobre a questão racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (Gomes, 1995). Outros estudiosos aprofundam ainda mais e usam o termo *raça social*, principalmente os sociólogos. Quem nos explica sobre esse termo é o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (1999):

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação

⁵ Compreende-se por Movimento Negro um conjunto de grupos e/ou pessoas negras organizadas em torno da afirmação da identidade negra e das mais diversas formas de combate ao racismo.

social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo determinado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de 'raça' permite, ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos. Tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 1999, p.9)

Nilma Bentes, em seu livro *Negritando*, trabalha com ideia de que “*no Brasil, embora seja muito mais interessante se falar em etnia, na prática, não adianta um negro se identificar etnicamente com um não-negro, pois o racismo faz com que o negro e não o não-negro seja discriminado*” (BENTES *apud* GOMES, 2005, p. 48). Nesse contexto, Gomes (2005) afirma que:

Podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto, não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. (GOMES, 2005, p.49)

Na sociedade brasileira, os conflitos de desigualdades vêm sendo tratado com grande importância em suas análises. Em tais análises, a cor e a raça da população brasileira são fatores nítidos que podem acarretar em um melhor ou um pior tratamento. Neste sentido, percebe-se que a população negra vem sofrendo opressões há anos em todos os âmbitos da vida cotidiana, o que reflete no momento da procura por empregos, ao comprar bens, na distribuição de renda, entre outros (Hasenbalg, 1979).

Estudos contemporâneos nacionais e internacionais mostram que o que concretiza as desigualdades raciais no Brasil são exatamente o racismo e a discriminação racial. Assim, tendo o Brasil um contexto multirracial, podemos observar, portanto, que existem mediações bastante diferenciadas para a constituição de sujeitos em nossa sociedade, no que diz respeito a aspectos subjetivos e objetivos entre brancos e negros. A marca dessa diferença e desigualdade transcorre toda a socialização desses indivíduos: a casa, a escola, o trabalho, os relacionamentos, a forma como são vistos na rua, ou seja, todos os espaços públicos e privados desses sujeitos são marcados pela preterição do branco em relação ao negro, fazendo

da questão racial um “divisor de águas” no crescimento individual e coletivo de todos e todas os cidadãos.

A raça enquanto categoria social, já se tendo o consenso de que não existe raça biológica, é um componente indispensável para as estruturas sociais, pois a raça é uma categoria que diferencia, hierarquiza e subjuga diferentes grupos que tem suas marcas explícitas em seus fenótipos. Em outras palavras, embora não haja uma raça biológica, tanto brancos como negros são historicamente racializados em seus cotidianos em todos os processos e esferas das relações sociais, pois a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido às características e aspectos físicos presentes no corpo negro.

Neste sentido, o processo relacional resulta nas desigualdades de bens materiais e simbólicos da população negra, em contrapartida a privilégios e preterição da população branca (Hasenbalg, 1979). Com a constatação dessas desigualdades, a sociedade brasileira e mais especificamente o Estado brasileiro, enfim, começam a responder timidamente às demandas e reivindicações das lutas políticas do movimento negro. Como exemplo, podemos citar a adoção de cotas para negros por algumas universidades, a institucionalização e tomada como feriado, por alguns estados, de um dia para a consciência negra, a criação da SEPPIR-Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, bem como a lei federal nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

Apesar de algumas fragilidades apresentadas pelo conceito de raça⁶, já que existem as diferentes tensões entre concepções e práticas sociais que reforçam como a questão do racismo se mostra complexa enquanto categoria de análise, e isso reflete em seu conceito. Essa análise demanda um olhar cuidadoso e atento quando nos aproximamos da questão racial.

Neste sentido, é importante mencionar que a categoria *raça*, atua no psicológico da sociedade, segundo Munanga (2004):

Dissemina discursos racistas e ainda a falácia de raça (re)produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX, onde esteve sendo trabalhada inicialmente para ser utilizada na classificação da diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm diferenças fenotípicas comuns, sendo estas tidas como responsáveis pela decisão e relativização das características psicológicas, morais,

⁶ Vide Gomes (2005) para uma melhor compreensão do debate em torno do conceito de raça.

intelectuais e estéticas dos indivíduos dentro destes grupos, se posicionando em uma escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2004)

O racismo é, portanto, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes em relação a pessoas que possuem características de pertencimento raciais visíveis por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, vestimentas, etc. O racismo é também um conjunto de ideias e imagens alusivas aos grupos humanos que ainda acreditam na existência de raças superiores e inferiores, resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (Gomes, 2005). Ademais, o racismo é um comportamento social que estrutura as relações sociais. O racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional. Segundo Gomes (2005):

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos. A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. (GOMES, 2005, p.52-53)

Dessa forma, o racismo parte do pressuposto da “superioridade de um grupo racial sobre outro”. Ainda está vigente na sociedade “o mito da democracia racial” que trouxe em seu discurso a ideia de um avanço, quando, na verdade, não passava de uma estratégia de poder nos anos de 1930, e que se configurou um entrave para avançar o debate da questão racial no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo em que incorpora a presença da contribuição negra na formação nacional, naturaliza os espaços subordinados que ocupam na sociedade e invisibiliza as relações de poder entre as populações negra e branca. Atrelado ao Racismo e com significados similares, está o preconceito racial que, segundo Gomes (2005):

É um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial, pode ser de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. (GOMES, 2005, p.54)

A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para operar as desigualdades raciais dentro da sociedade. Por isso, faz-se necessário discutirmos a superação do preconceito, juntamente com as formas de superação do racismo e da discriminação racial, pois estes três processos: “se realimentam mutuamente, mas diferem um pouco entre si. O racismo, como doutrina da supremacia racial, se apresenta como a fonte principal do preconceito racial” (BENTES,

1993). O mito da democracia racial é estrategicamente utilizado no Brasil para invisibilizar a questão racial. Segundo Gomes (2005):

O mito da democracia racial pode ser como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. (GOMES, 2005, p.57)

No entanto, a história do povo negro no Brasil apresenta a falácia do conceito, já que o reflexo do que foi o processo colonial em que subjugou negros e negras os colocando na base da pirâmide social pode ser visto ainda nos dias de hoje. Ressalto, que o racismo não é apenas herança do período colonial, é a atualização dos seus mecanismos.

O mito da democracia racial perde o valor diante da denúncia dos efeitos da desigualdade racial feita especialmente, pelo movimento negro. A luta do movimento negro por igualdade de oportunidades e pela garantia do acesso a bens e serviços de forma igualitária é um bom exemplo de demanda por equidade e participação social, já que os avanços no enfrentamento do racismo só são possíveis a partir de sua atuação.

3.3. Interseccionalidade e Transversalidade de Gênero e Raça

Outro termo também utilizado para expressar as ações de confronto do patriarcado e do racismo conjuntamente, e lutas que não se dão de forma singular, numa perspectiva teórica, é a interseccionalidade. Assim como a transversalidade, ela parte do reconhecimento de que a luta das mulheres não se dá apenas no âmbito das lutas feministas, pois, quando falamos de mulheres, estamos falando de brancas e negras, e também concomitantemente sobre elas enquanto indivíduos singulares e/ou grupos.

A transversalidade de gênero e raça abrange a toda interseccionalidade das desigualdades e procura entender e abarcar todas as ferramentas analíticas de articulação das múltiplas diferenças e faces das desigualdades. Assim, compreende-se, então, a transversalidade de gênero e raça como incorporação dessas temáticas nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Objetiva reduzir o preconceito e promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres independente de sua cor. Transversalizar as políticas a partir da dimensão de gênero e raça é o que tem colocado a discussão da noção de gênero e raça na própria definição de vários estudos e políticas públicas, seja em sua formulação, aplicação e avaliação (Araújo, Barreto e Heilborn, 2011).

Para Jurema Werneck (2005), a interseccionalidade tem sua referência diferenciada. Para ela:

No entanto, a definição de interseccionalidade refere-se principalmente a uma tentativa de aproximação com a perspectiva de integralidade de indivíduos e grupos a partir do ponto de vista ocidental em vigor que dissocia, hierarquiza e racionaliza diferentes aspectos da existência. Ou seja, se esta forma de conceituação pode significar um passo adiante na incorporação da perspectiva de ação posta pelas mulheres negras, ela ainda se mostra insuficiente por sua dificuldade de assumir, por exemplo, as perspectivas étnicas culturais. (WERNECK, 2005)

As relações de gênero e raça, historicamente, apesar de avanços indiscutíveis, trazem consigo muita discriminação de negros e negras e a desigualdade entre homens e mulheres, disfarçada pelo embranquecimento das relações pessoais, das relações de poder que ainda continuam em nossa sociedade, embora assumam novas formas no cenário nacional. O debate de gênero ganha envergadura no Brasil no final da década de 1970, com a “reemergência dos movimentos sociais”, entrando transversalmente para a pauta das políticas públicas.

No Brasil, as opressões se inter-relacionam de modo geral, seja opressão de gênero, raça, identidade étnica e classe. Em decorrência disso, a partir do reconhecimento das lutas históricas dos movimentos de Mulheres, notam-se como avanços a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ao estabelecer uma ligação entre governo e frente feminista, e do movimento Negro, com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), convertida na Lei 10.678, de Março de 2003, tendo como objetivo principal formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e discriminados.

Assim, os três planos nacionais de políticas para as mulheres são marcos importantes para a garantia da transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas. Entre os vários avanços, destaca-se o posicionamento de assegurar a ampliação do espaço de participação das mulheres e a implementação da estratégia da transversalidade de gênero e raça na governabilidade.

Por fim, na conjuntura nacional, a “transversalidade de gênero e raça” firmou a inclusão da política de promoção das mulheres, negros e negras. Vale ressaltar que tal processo deve significar para os gestores públicos mais que a incorporação desta perspectiva em um ministério ou em uma secretaria específica de atuação na área da mulher e do combate ao racismo, mas incorporadas às pautas do conjunto dos ministérios. Essa é uma bandeira de

luta estratégica dos movimentos sociais, mais especificamente do movimento negro, discutido a seguir.

3.4. História e luta do Movimento Negro

Movimento Negro é o conjunto dos diversos movimentos sociais que se organizam em torno da luta em defesa dos direitos da população negra, sobretudo na luta de combate ao racismo. No Brasil, o que se entende por movimento negro passa a ter visibilidade a partir da década de 1930 no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, tendo a Frente Negra Brasileira⁷ como seu maior expoente. O movimento negro tem suas lutas em todos os âmbitos da sociedade, seja cultural, social e/ou econômico. O movimento negro sempre teve como bandeiras de lutas o combate ao racismo em todo o país, pelos direitos humanos, pela reparação histórica que coloca a população negra em um nível de desfavorecimento social, estando sempre abaixo numa escala das desigualdades sociais da população, e isso apenas por sua cor, por mais políticas públicas e sociais para a população negra e ações afirmativas.

A década de 1940 também possui destaque devido à fundação do Teatro Experimental do Negro por Abdias do Nascimento, tido até hoje como uma das maiores referências do Movimento Negro brasileiro e mundial. O Teatro Experimental do Negro (TEM) pretendia organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. Havia a necessidade urgente do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. Depois de liquidada legalmente a escravidão, a herança cultural é que ofereceria a contraprova do racismo, negador da identidade espiritual da raça negra, de sua cultura de milênios, pois o próprio negro havia perdido a noção de seu passado.

Entretanto, os negros e negras, historicamente, sempre se organizaram, por exemplo, através de movimentos de resistências realizados pelos Quilombos a partir do século XVI, servindo para abrigar escravos fugitivos, insatisfeitos com sua situação de vida. Dos Quilombos de maior importância, temos o grande *Quilombo de Palmares*, localizado na atual região do estado de Alagoas, que chegou a reunir cerca de 35 mil habitantes numa extensão de 200 km, tendo o seu fim em 1695 após a morte de seu grande líder e hoje herói nacional,

⁷ Frente Negra Brasileira surge em São Paulo em 1931, cujo principal objetivo era integrar os negros na sociedade pós-abolição tendo-se tornado posteriormente um Partido Político extingue-se em 1937.

Zumbi dos Palmares. Porém, até a Abolição da Escravatura, em 1888, estes movimentos eram quase sempre clandestinos e de caráter radical devido ao fato de que seu principal objetivo era a libertação dos negros e negras cativos, como a Revolta dos Malês em 1835 e a Revoltada da Chibata em 1910, liderada por João Cândido.

Assim sendo, esse é o resumo do movimento negro desde a chegada dos negros e negras africanos no Brasil, porém, neste tópico, vou me ater ao movimento negro pós-ditadura militar até os dias atuais, chamado por alguns teóricos de *Movimento Negro Contemporâneo*. A ditadura militar brasileira, que durou sangrentos 21 anos (1964 a 1985), dentre as mais variadas mazelas sociais e políticas proporcionadas ao nosso país, também se destinou a inviabilizar uma gama de lutas sociais, dentre elas a luta do Movimento Negro. Como a maioria da população negra ainda se encontrava às margens da sociedade, nessa época o povo negro veio a sofrer duplamente as dores do preconceito e da discriminação racial. Nesse período, o governo militar brasileiro se valeu por diversas vezes para se safar das acusações e do levante do movimento negro, e se apropriou do discurso do que chamamos de “*Mito da Democracia Racial*” (tema já abordado neste capítulo) para defender e justificar a exclusão social de negros e negras.

Por vezes, o Estado brasileiro se negou a aceitar a existência de Racismo no Brasil amparado pela ideia, infelizmente ainda presente na sociedade, de que brancos, negros e indígenas conviviam harmonicamente no país e de que as três raças haviam se miscigenado. É nessa época que se reforça a ideia de que seria impossível dizer *Quem é Negro no Brasil*. Recordar-se que, nesse período, o governo militar controlava todos os meios de comunicação e tal ideia era disseminada para a população via propagandas oficiais e jornais respeitados.

Outro grande marco histórico do Movimento Negro Brasileiro se deu na década de 1970 com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir da revolta e indignação gerada com dois casos de violência e racismo ocorridos em São Paulo. O primeiro foi do operário negro assassinato Robson Silveira da Luz, que foi preso injustamente acusado de furto em seu local de trabalho e, após ser apreendido pela polícia foi torturado e morto dentro da delegacia sem que este fato tivesse tido qualquer esclarecimento sobre a sua prisão e morte. E a segregação dos atletas negros do Clube de regatas Tietê, também na capital de São Paulo, por diretores que os impediam de entrar na piscina do clube.

Com os dois casos “mal resolvidos” e sendo considerados por todos como casos de racismos explícitos, em 7 de julho de 1978 é organizado um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, desafiando a repressão da ditadura em protesto às manifestações de

racismo. Surgia, assim, o Movimento Negro Unificado (MNU), que teve em sua primeira reunião oficial a presença de importantes figuras históricas do movimento negro, como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Wilson Prudente, entre outros.

A partir dessa junção de grupos políticos, várias pessoas que resolveram compor o movimento negro unificado fizeram as lutas estarem presentes em vários espaços, como sindicatos, universidades, partidos políticos, nas religiões, nas artes, entre outros, todos com uma bandeira única: a luta para que as diferenças fossem respeitadas e para que todas as pessoas fossem tratadas com igualdade e equidade.

Essa luta se encontra presente ainda nos dias de hoje, porém, graças a essa luta, podemos contar alguns ganhos, vitórias e avanços. A ação com grande impacto no processo de institucionalização das questões raciais e suscitada pelo movimento negro foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003. A proposta desse órgão é envolver os ministérios e os demais órgãos do poder executivo para garantir a transversalidade das políticas de combate ao racismo. A SEPPIR também atua por parcerias e convênios com diferentes ministérios, em âmbito federal, estadual e municipal.

A criação da SEPPIR é uma das mais importantes conquistas, pois trata-se de um espaço político que ratifica a tendência da militância negra em ampliar seu lócus de atuação, estabelecendo laços cada vez mais próximos com o poder público, uma vez que esse órgão público tem como proposta acolher e negociar as demandas da população negra, bem como de seus grupos organizados em forma de movimento social.

Não se pode se iludir com a ideia de que a SEPPIR não tenha limitações ou que a mesma esteja suprindo todas as demandas que a população negra sempre exigiu do governo. Como todo e qualquer órgão público a secretaria não tem conseguindo abranger todas as demandas e também tem tentado travar a luta não só para garantir direitos e sim de manter os já existentes, tal órgão também tem em seus espaços disputas pelo poder que interferem nos andamentos dessas conquistas.

Por fim, o movimento negro tem sido o principal protagonista da luta contra o racismo e contra as enormes distâncias que separam negros e negras de brancos e brancas. Vale ressaltar que o principal papel do movimento negro, para além de despertar a consciência na população brasileira dos efeitos e das causas do racismo, ainda é o de propor e reivindicar de toda a sociedade e do Estado medidas concretas de superação das desigualdades raciais existentes historicamente em nosso país. Considerando a transversalidade e

interseccionalidade, percebe-se que tais bandeiras de luta possuem reivindicações diferenciadas, considerando as dimensões de gênero e raça.

3.5. Movimento Contemporâneos de Mulheres Negras

A organização de mulheres negras se deu também em meio ao período pós-escravocrata, quando mulheres como Dandara eram “cabeças” de quilombos em estratégias de lutas e libertação dos negros. A posteriori, os primeiros grupos de mulheres negras no Brasil apareceram em meio aos protestos contra a ditadura, inicialmente ligados ao movimento negro e ao movimento feminista. Tal visibilidade se deu a partir do momento em que as mulheres negras perceberam a necessidade de incluir precisamente suas demandas e percebendo que poderiam ter sua própria agenda, fazendo um cruzamento de propostas com o movimento antirracista e antissexista. Assim, os coletivos de mulheres contemporâneas formaram-se no decorrer da década de 1980 e 1995, e se institucionalizaram aos poucos.

As mulheres negras sempre estiveram presentes durante a luta do movimento negro, desde seu início nas manifestações e construções coletivas, porém, as mulheres negras sempre tiveram bastante dificuldade em conseguir assumir posto e ocupar posições de grandes representações dentro das decisões do movimento negro (Domingues, 2005).

Nos anos 1980, o coletivo de mulheres negras, após construção de espaços e associações políticas apenas de mulheres, começou a romper com a então realidade na qual elas não ocupavam de forma igual os espaços de decisões políticas, buscando sempre outras formas de ruptura com essa dominação masculina. Tal ruptura aconteceu de forma singular. “É preciso salientar que a presença das mulheres negras nesses espaços propiciou a produção de diagnósticos de desigualdade racial e de gênero em diferentes instâncias da vida social, como nas áreas de educação, trabalho e política” (CARNEIRO e SANTOS, 1985).

No Brasil, a discriminação racial opera de forma aparentemente abrangente a todo o grupo de negros e negras, porém, para a mulher negra, a discriminação tem um peso muito maior, pois ela sofria e sofre pelo racismo e pelo machismo, herança do patriarcado, devido aos papéis sociais desempenhados na sociedade colonial e devido às formas de discriminação recriadas na sociedade contemporânea. Para as mulheres negras, portanto, o racismo e o patriarcalismo operavam de forma a vincular sua submissão na hierarquia social.

A trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revelou a insuficiência prático-teórica e política do feminismo de centro para integrar as diferentes

expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais que existe principalmente na sociedade brasileira. É o que se pode entender como o princípio de “enegrecer o feminismo”.

Nesse sentido, percebe que as mulheres negras ocupavam os espaços mais desprivilegiados entre as classes sociais, assim, foi proposto que o movimento de mulheres avançasse na discussão étnico-racial, para que e as lutas e as mobilizações não ficassem numa alienação e reprodução da realidade classista.

Lélia Gonzalez, além de ser uma grande autora negra e feminista, mostra por meio de seu artigo “A questão negra no Brasil” a sua grande influência pela teoria Marxista, onde ela explica como se dá as relações sociais fazendo recorte racial e explicando as expressões de exploração da população negra trabalhadora, força de trabalho que sustenta o sistema econômico:

Tanto negros como brancos pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. (GONZALEZ, 1986, p.191)

A imagem que era tida das mulheres negras a determinados lugares e papéis sociais as restringia ao sexo e ao trabalho manual, particularmente aqueles relacionados às casas de família. Dessa forma, concluiria a estudiosa negra e feminista: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 1982, p.192).

Logo, foram consideráveis as conquistas feministas da época, porém, o movimento de mulheres negras insistia em focalizar que as demandas das mulheres negras iam de certo modo para além das que o movimento de mulheres levantava a bandeira, eram demandas específicas, exigindo, obviamente, políticas direcionadas, uma vez que, embora o machismo atingisse diretamente todas as mulheres, sobre as mulheres negras recaía ainda o racismo, que diferenciavam as mulheres negras das brancas desde os postos que elas ocupavam na escravidão.

A III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), ocorrida na África do Sul, é outra evidência marcante do protagonismo das mulheres negras, que se

fizeram representar em grande número, além de conseguirem ocupar posição relevante na condução do processo do referido evento. Para o Brasil, as resoluções lá desenhadas reverberaram na proposição de ações e políticas focalizadas na população negra do país, prescrevendo o enfrentamento de múltiplas formas de discriminação, especialmente de gênero, raça, etnia, de credo religioso e de condições socioeconômicas. (BARSTED e PITANGUY, 2011)

A importância do movimento de mulheres negras se fez verificar não apenas pelos impactos sobre as comunidades ou públicos que gravitam no entorno de suas organizações, do Fórum Nacional de Mulheres Negras ou da Articulação de Mulheres Negras. Suas experiências e ações habilitaram esse ativismo a desenvolver intervenções propositivas em diferentes instâncias

Acompanhar a trajetória do movimento negro e, principalmente, o de mulheres negras permite compreender como as lutas pela visibilidade social, dos seus direitos e o seu reconhecimento legal são, na verdade, uma conquista política que denunciou valores, crenças, legislações discriminatórias e propôs novos marcos legais, a fim de estabelecer mecanismos para a implementação e concretização de políticas públicas realmente voltadas para um grupo historicamente discriminado.

Por fim, refletir sobre o racismo e questão racial no Brasil implica reconhecer o longo caminho que ainda separa, em nossa sociedade, cidadãos em níveis socioeconômicos e culturais, leis e realidade, onde diversos fatores respondem por esta distância. Dentre vários, a desigualdade, de forma ampla, dada em função de classe social, gênero, raça e etnia e o autoritarismo que ainda permeiam a nossa sociedade. Ressalta-se que é necessária uma permanente luta de todos os movimentos sociais, sejam eles antirracista e antissexista, para que haja uma mobilização social no sentido de que direitos e princípios assegurados em leis se traduzam em comportamentos.

Por isso, é de suma importância difundir as leis, os planos, programas, ministérios, secretarias, conferências/congressos deliberativos – outras iniciativas que marcaram os temas aqui analisados.

4. Capítulo 3

Análise dos dados

4.1. Caracterização/Perfil das Entrevistadas

Conforme descrição metodológica da pesquisa, presente na introdução do presente trabalho, foram entrevistadas 10 estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas e se auto identificaram como Negras, sendo que 5 são estudantes do Serviço Social, 3 de História e 2 Geografia, todas pertencentes aos cursos do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Reitero que não foi possível entrevistar nenhuma estudante de Filosofia que ingressou nos períodos dos anos de 2011 e 2012 devido a não existência das mesmas a partir dos dados fornecidos pela própria Universidade de Brasília.

A maioria das entrevistadas tem entre 20 e 22 anos e está fazendo a primeira graduação. Somente uma tem 26 anos, sendo que esta cursa a segunda graduação. Das 10 entrevistadas, 6 não trabalham, 2 trabalham como estagiárias de graduação, 1 é jornalista e 1 declarou ser trabalhadora do lar. Nenhuma declarou exercer outras atividades que não vinculadas ao trabalho e ao estudo. Algumas afirmam que a Universidade demanda muito tempo de dedicação, tanto em leituras e sala de aula, como em grupos de estudos, não permitindo se envolver em outras atividades.

No que diz respeito ao local de nascimento, sete entrevistadas são brasilienses, uma piauiense, uma cearense. Apenas uma das entrevistadas reside na área central de Brasília; as demais residem nas cidades satélites. Em relação à condição socioeconômica, cinco entrevistadas são de baixa renda, de acordo com critérios de classificação de renda da Diretoria de Desenvolvimento social da UnB e estão inseridas nos Programas de Assistência Estudantil⁸ da Universidade, sendo beneficiárias da Bolsa Permanência e Bolsa Alimentação, e uma delas tem acesso também à Moradia Estudantil.

4.2. Participação Social na perspectiva dos direitos

Neste trabalho, inicialmente tratamos sobre Participação Social, onde foi abordado sua concepção. Para Tatagiba (2002), a participação social é compreendida como um direito e dever de todo cidadão. A participação social é um instrumento que permite aos indivíduos exercer sua democracia e cidadania na busca por seus direitos perante o Estado, e não somente de forma direta. Tal participação se dá em diferentes espaços decisórios de busca coletiva.

⁸ A Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela UnB se constitui em um conjunto de programas e ações que garantem aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica direitos sociais básicos, tais como alimentação, moradia, transporte, entre outros.

Assim, foi bastante consensual as respostas das entrevistadas sobre a compreensão de participação social. Para elas, a participação social é um instrumento de transformação social que permite ao cidadão, enquanto agente social, exigir, influenciar e decidir sobre os rumos da nossa sociedade e/ou comunidade em todas os âmbitos das necessidades, sejam individuais ou coletivas, independente da área, se saúde, educação, política, economia, habitação, transporte, meio ambiente, religião, dentre outros.

De acordo com algumas das entrevistadas⁹, participação social é *“A forma com que as pessoas, de forma politizada, se reúnem para poder reivindicar os seus direitos, tentar ser ouvidos muitas das vezes, conquistar os seus espaços, direitos, enfim”* (ENTREVISTADA 2).

“Participação social seria a participação nos espaços e nas organizações sejam elas na sociedade ou comunidade no qual você se insere” (ENTREVISTADA 8).

Além do entendimento sobre participação social, o trabalho buscou ainda compreender a importância dessa participação para os indivíduos e/ou para o coletivo. Corroboramos com a argumentação de Neves (2008), que ressalta a importância da participação social para o fortalecimento da democracia na medida em que estabelece uma arena de conflito em que o Estado é obrigado a negociar. Portanto, a participação da sociedade civil favorece a divisão do poder decisório do Estado e, ao mesmo tempo, promove o “controle democrático” sobre ele.

As entrevistadas acreditam que somente por meio da mobilização para garantir a participação será possível alcançar mudança.

“(...) É importante você estar por dentro da realidade que te cerca, você estar articulado, buscar melhorias, e essas melhorias só são possíveis através dos movimentos sociais, pressões sociais, etc.” (ENTREVISTADA 1, 2014).

“(...) É bastante importante desde que esses movimentos sociais tenham por trás a questão da conscientização, que seja trabalhado através deles a politização, pois não adianta você estar inserido em um movimento social o qual você não tenha informação nenhuma sobre aquele movimento, você desconhece a natureza, os objetivos enfim, são mesmo para fazer mais um número”. (ENTREVISTADA 2, 2014)

⁹ De forma a manter o sigilo necessário dessa pesquisa, as entrevistadas foram numeradas de 1 a 10, na ordem com que concederam as entrevistas, visando resguardar todos os preceitos descritos no Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido.

Percebe-se na fala acima que a entrevistada 2 traz para este estudo um ponto muito importante, o fato de pessoas estarem inseridas em movimentos, mas não ter a real dimensão da importância e o envolvimento com a causa defendida coletivamente. Tal fato talvez se dê, pois há uma cobrança natural de que as pessoas não devam estar fora do processo enquanto cidadão, e que é importante a participação para requerer mudanças em vários âmbitos de uma vida política e social.

Foi perguntado, também, às participantes se as mesmas estavam inseridas em algum movimento social, seja ele político, estudantil, religioso, entre outros. Assim, foi percebido que somente a compreensão das estudantes sobre participação social e a importância de estar presente nos espaços de luta não garantem a participação efetiva desenvolvendo um papel de militância. Das 10 entrevistadas, apenas três estão inseridas em algum movimento. Duas entrevistadas estão inseridas no movimento negro desde que ingressou na universidade, a terceira entrevistada está inserida no movimento estudantil, político e social de várias formas, também após o ingresso na Universidade. Neste caso, as três acreditam ser importante para elas estarem inseridas e participarem de forma ativa na busca por seus direitos. Para uma das participantes, a trajetória nos movimentos mudou sua vida e exerce uma influência até hoje:

Desde 2012, eu participei na criação de um Coletivo dentro da Universidade de Brasília (no período da Greve das Universidades Públicas), onde questionávamos o velho movimento estudantil, que atualmente tem afastado as pessoas, e assim buscávamos solucionar respostas para a fragmentação da esquerda dentro da universidade, na criação de alternativas para uma UniverCidade de todas e de todos. Depois me envolvi no Movimento Estudantil do meu curso, no qual milito atualmente e faço parte da Gestão do Centro Acadêmico e vejo que o que eu aprendi nacionalmente/localmente serviu como base para entender várias questões e que são muito úteis para a luta diária não só no ambiente acadêmico como no profissional também irá influenciar. (ENTREVISTADA 8, 2014)

“Ao ser indagada sobre a motivação para o ingresso em movimentos sociais, a entrevistada afirma que: “O espírito de mudança, o despertar do inconformismo da atual conjuntura que se passava dentro da Universidade de Brasília, a sede de conhecimento para compreender o que se passava e o que poderíamos fazer para mudar esse quadro” (ENTREVISTADA 8, 2014).

Em relação às demais entrevistadas, ou seja, as sete que relataram não participar de movimentos sociais, ao serem indagadas sobre motivos para a não motivação ou para ter impedido a participação, já que todas destacaram como importante a participação social, houve várias justificativas, dentre elas: justificativas familiares, análise dos grupos existentes mais próximos, não identificação, falta de interesse e mesmo incompreensão sobre os motivos. Algumas destacaram ter inserção em participação social mais pontual, com participação em lutas como as manifestações para o não aumento das passagens que ocorreram em julho de 2013 em todo o país.

De certa forma, cada caso nesta pesquisa trouxe uma análise diferente, partindo de uma justificativa para a não inserção. Das entrevistadas, obtivemos uma estudante que tem influência de familiares envolvidos em movimentos sociais e hoje participa por isso, atestando que influências familiares podem fazer com que o estudante desperte o seu interesse em participar socialmente, especialmente ao ingressar em uma universidade, ambiente propício, onde a mesma buscou um movimento que lhe representasse e, assim, se inseriu no mesmo.

Para outra entrevistada, o processo é importante e viu em seus pais o exemplo de participação, porém, a mesma acredita que não tem “vocação” para militância social e prefere acompanhar todo o processo de fora. Participar socialmente, por vezes, requer envolvimento e exige disponibilidade para participar de atividades, tais como assembleia, reunião, leitura de textos, etc. Tal postura é entendida pela entrevistada como “vocação”. De fato, tal dedicação é algo construído ao longo de trajetória, por meio de relações sociais e interesses individuais e coletivos.

Em meio às justificativas, outra estudante que participa socialmente e está inserida em um movimento dentro da UnB relata que só teve uma inserção inicial por ter tido obrigatoriedade pelo programa de Assistência Estudantil. Inicialmente, para receber a bolsa permanência da Assistência Estudantil, o programa exigia que os estudantes estivessem escritos em algum programa da Universidade ou fizesse parte de algum grupo de pesquisa. Tal entrevistada, como condicionalidade para recebimento da bolsa, ingressou em um projeto de cunho mais político e acabou por se identificar com as bandeiras de lutas estabelecidas, o que proporcionou outras experiências de participação no âmbito da Universidade e também externamente.

Caso semelhante ocorreu com outra entrevistada, que se aproximou de grupo devido a bolsa remunerada para estudantes cotistas. Logo, percebeu que se tratava de um espaço de militância por uma causa da qual ela fazia parte e, posteriormente, resolveu permanecer no

movimento. Desta forma, destacam-se, em algumas situações, que as entrevistadas entram devido a interesse particular, mas, posteriormente, acabam estabelecendo uma identificação com a causa estabelecida pelo movimento e passam a lutar por direitos e melhorias para si e para um grupo maior.

No caso das entrevistadas que afirmaram não participar é recorrente a justificativa de falta de tempo como um dos principais impedimentos. Destacam o fato de estarem cursando muitas matérias, além de desenvolverem afazeres domésticos, fazendo com que a inserção em algum movimento não se dê de forma prioritária. Afirmam que estar em universidade pública federal exige dedicação e estudo, além de estudarem o dia todo, desenvolverem pesquisa e/ou trabalharem/exercerem atividade remunerada fora da universidade.

Nas falas das estudantes, destaca-se o relato da realização de tarefas domésticas, resultado de cultura baseada no machismo, desigualdade de gênero e da estrutura do patriarcado¹⁰ que muitas vezes impõe às mulheres como algo natural o âmbito doméstico e que impede as mesmas de estarem em espaços de lutas, tendo em vista que, na maioria das vezes, as atividades dedicadas ao âmbito familiar não são distribuídas, e tal obrigação acaba por ser apenas das mulheres.

A partir de tais respostas, podemos ver mais uma vez o que a história já nos mostrou: que a inserção e a participação das mulheres negras nos movimentos sociais não se deram e não se dão até hoje de forma fácil. As mulheres negras lutam historicamente por espaço e, ademais, têm sempre que conciliar esse papel de militante com muitas outras atividades, o que faz com que muitas mulheres não suportem ou não submetam a tais jornadas e permaneçam fora dos espaços. As autoras contemporâneas Silvana Bárbara e Juliana Paiva (2013) afirmam tal situação em seu texto:

Apesar da inegável importância do movimento feminista e do movimento negro, desde o início, as mulheres negras se depararam com grandes empecilhos para sua efetiva participação nas duas formas de mobilização. Por um lado, o Movimento Feminista não considerava a relevância das questões raciais, considerando com descaso a luta negra dentro da ação das mulheres. Por sua vez, o Movimento Negro estava muito afastado das demandas e discussões de gênero, além de não propor lutar contra discriminação sofrida pelas mulheres. (SILVA e PAIVA, 2013)

¹⁰ O termo Patriarcado vem do grego e significa a “autoridade do pai”. A origem do patriarcado está intimamente ligada à origem da propriedade privada, onde “os homens detinham o poder” sobre as mulheres e sobre seus corpos e as mantinham para garantia de força de trabalho, de herdeiros legítimos e a apropriação e perpetuação da propriedade privada por meio da herança, restando às mulheres, a opressão e a submissão de suas vidas e seus corpos aos homens (CISNE, 2014).

Outro ponto muito relevante a se entender é que a participação social não está ligada e não se dá apenas com a inserção nos movimentos sociais. Para Marshall (1967), que trabalha com o conceito de cidadania onde se contempla os direitos civis, políticos e sociais, basta ser membro da sociedade para se ter acesso a tais direitos e fazer parte dos mesmos. Na fala de uma das entrevistadas, foi percebido o que entendemos como “o preto em movimento”¹¹ e que é de extrema importância e relevância para se entender como para participar não necessariamente precisa estar dentro. O movimento de luta é tão amplo que, de certa forma, precisa de pessoas que mesmo que não façam parte de forma assídua, propaguem a ideia defendida a partir de várias formas de comunicação (fala, rede social, trabalho, etc) e, no caso da questão racial, destacam-se outras formas, como a própria expressão da identidade negra, seja no cabelo, nas vestimentas, na cultura, etc, auxiliando o movimento a se fortalecer e se propagar.

“Acho que participar é quando o indivíduo está inserido nos meios de lutas, diretamente ou indiretamente. É quando o povo participa de todos os âmbitos de onde se possa conseguir seus direitos, lutar por uma causa, ou até mesmo fiscalizar, não necessariamente só lutar, fiscalizar, basicamente isso. Acho importante pois muitas garantias só se deram por meio dessas lutas, de gente que foi a frente e de gente que apoiou, concordou e propagou aquela ideia mesmo que indiretamente”
(ENTREVISTADA 4, 2014)

Somente três entrevistadas relataram ter em suas famílias históricos com trajetórias em que familiares estão ou estiveram envolvidos em algum movimento de luta. Os pais da entrevistada 4 participam de um movimento de agentes de pastorais negros da igreja católica ativamente há alguns anos, segundo a mesma, ela acompanha o grupo, mas não se sente parte, afirmando não ter “*vocação para aquilo*”.

No caso da entrevistada 4, a pastoral/movimento social religioso ao qual os pais fazem parte é formada apenas por pessoas negras e existe em todo o Brasil (Agentes de Pastoral Negros – APN¹²). Neste caso, a própria igreja, com seus membros, percebeu a necessidade de

¹¹ O movimento negro luta por reconhecimento, porém, a luta do movimento negro se dá todo dia em todos os espaços, ou seja, se você é um negro que sai à rua impondo sua negritude, em espaços que normalmente não se têm negros, você é um “preto em movimento” e que, obviamente, faz um grande trabalho ao movimento negro e a toda comunidade negra.

¹² Agentes de Pastoral Negros (APNs) é uma instituição do Movimento Negro Brasileiro com uma tradição macroecumênica e inter-religiosa com o foco em diferentes comunidades de fé.

formar um grupo específico para maior participação de pessoas no processo de superação e marginalização sociocultural e econômica da população negra, além de assessorá-la em questões que envolvam discriminação de raça, de etnia e de religião, fazendo com que haja aplicação da pena prevista na lei em todos os casos.

O exemplo da família da entrevistada 5, ocorre uma participação social formal: a participação política. Participar socialmente via partido político é uma participação formal, pois requer acompanhamento ativo de decisões, em diferentes âmbitos sociais. Qualquer cidadão pode se filiar a um partido político, desde que esse esteja em pleno gozo dos direitos políticos. O avô da entrevistada 5 é prefeito numa cidade do Goiás. A mesma relatou que acompanha vários processos e que tios e primos são envolvidos com política e movimentos sociais diversos. Ela disse sempre se envolver “quando pode”, mas não é algo que faz parte da sua rotina.

Por último, a entrevistada 8 afirmou que os pais já participaram de momentos importantes de lutas e que sempre foram “atenados na política e nos movimentos sociais”. Ela relatou que os pais participaram do momento histórico de luta do Brasil conhecidos como “Fora Collor”¹³ e dos “Caras Pintadas”, que tiveram o mesmo cunho e foram puxados, na verdade, pelo movimento estudantil.

A partir das falas, percebe-se que ter um histórico de participação social auxilia no processo de compreensão e entendimento sobre o que são os movimentos, ainda que muitas vezes não leve à participação direta. Buscando analisar de que forma as estudantes negras compreendem a questão da negritude, já que todas se autodeclararam negras e ingressaram por uma política de ação afirmativa, foi perguntado “O que você entende por identidade Negra?”. Percebeu-se que a questão gerou um certo desconforto e as entrevistadas demonstraram dificuldades para esboçar respostas. Dentre as respostas, destaca-se:

“O que eu entendo por identidade negra é um pouco assim, senso comum. Eu entendo por identidade negra quando você se identifica com as demandas, com as discriminações, como você se enxerga dentro de uma sociedade que você ocupa o status de negro ao qual você está inserido nisso, ou seja, ser negro hoje em dia não é simplesmente você ter características, e sim você ter toda uma história por trás disso, de descendência, enfim, de tudo, então, acho que a identidade social é formada também através das descendências, do estereótipo, da vida que você utiliza do status

¹³ Fora Collor foi um movimento político ocorrido no ano de 1992, onde milhares de brasileiros saíram às ruas em passeatas pedindo a saída do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

em que você ocupa, eu acho que é um conjunto de coisas, enfim”. (ENTREVISTADA 2, 2014)

“É você reconhecer que você é negro, que tem costumes, que tem uma história, que você é daquele jeito, é você entender que, como vi essa semana na televisão, não vai ser o fato de eu passar um creme para ficar branco, pois, muito além da cor da pele, está a questão de você ser negro não apenas por fora, mas de você ser em seu interior, com hábitos, costumes e etc”. (ENTREVISTADA 6, 2014)

Para as entrevistadas 2 e 6, é visível que o entendimento de identidade negra passa pela ancestralidade, a questão da africanidade, a história de vida, características físicas, mas também em se enxergar, se identificar como negro e com suas demandas. Está ligado a hábitos e costumes. Indo de encontro ao pensamento dessas entrevistadas, este trabalho compartilha com Nilma Lino Gomes (2002) do entendimento de que identidade negra é:

A identidade negra é entendida, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (Gomes, 2002)

Como diz Neusa Santos Souza (1990, p.77):

Ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem. Ser negro no mundo está relacionado com uma dimensão estética, com um corpo, com uma aparência que resgata as nossas referências ancestrais africanas recriadas no Brasil. (SOUZA, 1990, p.77)

A entrevistada 3 não soube responder o que ela entende por identidade negra, destacando:

“Nossa! Complicada essa! Desde que eu entrei aqui, nunca tinha parado para pensar a respeito. Nesse semestre, em que eu estou fazendo uma matéria bem específica sobre raça, nossa, é muito complicado, eu não saberia definir o que é ser identidade negra, sério, não saberia, não sei, estou refletindo” (ENTREVISTADA 3, 2014)

Percebe-se a dificuldade de compreensão sobre o que é identidade racial. A estudante se autodeclara negra, entende que tem traços sociais e culturais de uma mulher negra, mas não

consegue expressar em fala o que é a identidade negra. Há um entendimento de identificação mais não há um reconhecimento de identidade. Conforme Kabengele Munanga (2004), a identidade é para os indivíduos o início de aceções e de experiência. Toda identidade demanda reconhecimento, caso contrário, ela poderá sofrer prejuízos se for vista de modo limitado ou depreciativa.

Ou seja, o processo de reconhecimento e de construção de identidade é um processo complexo, necessitando muitas vezes de diálogo e reflexão junto a seus pares, bem como leituras e estudos sobre o tema, já que a identidade parece estar ligada ao nível mais subjetivo do indivíduo. No caso das mulheres negras, a construção de uma identidade parece estar vinculada a fatores como aceitação de traços, cabelos, cultura, etc. Além disso, geralmente, exige uma compreensão do racismo e da discriminação racial e do machismo.

Tal percepção foi vista nas falas das entrevistas 2, 8 e 9. A identidade negra exige, sim, uma aceitação, se assumir mesmo perante o racismo e machismo presente na sociedade brasileira e requer para além de algo individual, um movimento que também chegue para as outras mulheres negras, seja na luta do embate por ideais, seja a luta pela aceitação das pautas exclusivas das mulheres negras, tudo que de fato constrói a identidade de uma mulher negra.

“Seria, acho que não só se identificar como negra mais se identificar com as causas raciais, com as lutas raciais, lutas por igualdade étnico racial e é isso” (ENTREVISTADA 2, 2014).

“Seria a (re)afirmação de sua cor perante a sociedade” (ENTREVISTADA 8, 2014).

“Identidade Negra é uma autoafirmação de uma cultura que busca seus direitos em todas as esferas de poder e instituições principalmente a esfera política, mas também cultural, social entre outras, e este posicionamento por reconhecimento político se dá justamente pela sua especificidade.” (ENTREVISTADA 9, 2014)

Em resumo, a identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica e cultural, ou seja, é uma construção que se dá a partir de um indivíduo ou de um coletivo voltado para um grupo étnico/racial e de sujeitos que pertencem a esse grupo, com um olhar sobre si e também com a relações de troca e convívio com o outro.

Na fala de algumas das entrevistas, é percebido que há uma confusão e talvez uma negação quanto a (re)afirmação sobre o que é a identidade negra, ou seja, o que é de fato para

elas a própria identidade. Isso também é explicado pela autora, inclusive em um ambiente escolar, como afirma Nilma Lino Gomes:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história. (GOMES, 2003, p.5)

Nesse contexto de segregação e aniquilação de identidade, as cotas raciais têm um papel significativo porque funcionam como um mecanismo reparador das perdas dos direitos violados da população negra brasileira, além de contribuir na construção social da identidade negra. Acompanhados pelo sistema de cotas raciais da UnB, alguns grupos foram criados no intuito de acolher esses cotistas e de também pensar na permanência desses estudantes e de responder às demandas específicas colocadas por estes sujeitos. Um dos espaços criados institucionalmente foi o Centro de Convivência Negra¹⁴, porém, antes disso, durante o momento de discussão das cotas, foram formados na Universidade, grupos auto organizados que lutaram pelo direito de cotas e que fizeram por conta própria, de forma independente, durante alguns anos essa recepção de estudantes negros cotistas.

Como exemplo, podemos citar o coletivo EnegresSer, existente desde o início da discussão, um pouco depois do programa AfroAtitude UnB, que se mantém até hoje. Alguns grupos surgiram a partir de Centros Acadêmicos e/ou entidades partidárias com o foco na população negra após a votação dos 10 anos de cotas, a exemplo do Grupo de Estudos Afrocentrados (GEAC), não partidário e sem vínculo com CAs, apenas com foco no debate da população negra acadêmica.

Assim, outra indagação feita às entrevistadas foi se as mesmas conheciam esses grupos, se participavam, se conheciam a história, motivos para a não participação e opinião sobre existência destes movimentos organizados na Universidade. De forma geral, poucas entrevistadas conheciam os movimentos e somente três delas participavam de algum dos grupos citados. O espaço mais conhecido foi o do CCN, um espaço aparentemente visível, pois tem uma localização próximo ao percurso da maioria dos estudantes, porém, é um ambiente que tem visibilidade dentro da universidade.

¹⁴ Criado em 2006, o Convivência Negra da Universidade de Brasília (CCN) corresponde a um ambiente institucional e multidisciplinar de variadas dinâmicas e atividades relacionadas a todos os âmbitos sob as demandas e impactos da presença da população negra e grupos afins no espaço universitário.

Apesar das justificativas das entrevistadas para a não participação em movimentos estarem ligadas à questão do tempo ou vocação, é importante suscitar o debate também sobre outros fatores que podem contribuir para o desconhecimento acerca de espaços importantes para construção da identidade negra dentro da Universidade e que foram criados justamente para agregar os cotistas. Um destes, provavelmente, está relacionado à pouca divulgação pela Universidade destes espaços de socialização e fortalecimento de vínculos identitários. Exemplo disso é que, nos dois últimos anos, durante a recepção dos calouros, nenhum dos representantes desses grupos teve oportunidade de apresentar os grupos ao qual fazem parte. Além disso, o material de acolhimento dos Calouros (Guia de Calouro) não dispõe de informações sobre a existência de tais grupos para os estudantes que ingressam.

Por fim, nesse estudo buscou-se analisar de forma central como o ingresso na universidade contribui ou não para que a estudantes negras cotistas participem socialmente. Obtivemos respostas bem consensuadas afirmando que a universidade permite, de uma certa forma, que estudantes entrem pelo sistema de cotas ou não participem socialmente. Percebe-se que a universidade pública, principalmente, é um espaço de construção acadêmica e social, e que existem relações dentro dela que permitem um amadurecimento e um maior conhecimento que outros espaços normalmente não permitem.

Para Antônio Fidalgo (1993), a Universidade é uma instituição de ensino e pesquisa fundada por um complexo de faculdades e escolas propostas a gerar o desenvolvimento profissional e científica de pessoal de nível superior, e a concretizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico, e a divulgação de seus resultados à comunidade científica mais ampla.

Sendo assim, a pergunta feita foi se para nossas entrevistadas o ingresso na Universidade contribui para participação social das mesmas, visto que esse é um espaço privilegiado, onde nem todos têm acesso, e que permite conhecer e participar mais ativamente dos movimentos, começando pelos movimentos estudantis. Sejam no CAs, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e até mesmo os grupos de minorias ou de lutas que são criadas dentro da Universidade.

“Com certeza, eu acho que sim, até porque você abre seus horizontes, amplia sua visão. Se você não quer ser do movimento negro, você pode ser de outro movimento, lutar em prol de várias causas. A universidade tem esse papel, mas tem cursos que não tem a essa deixa pra você em movimentos. Quando eu entrei, tive essa oportunidade

de participar em várias coisas. Influenciou, sim, peguei disciplinas na área, fiquei instigada a participar, achei que tinha que fazer alguma coisa, mas é muito complicado”. (ENTREVISTADA 4, 2014)

“Sim, acho que para todo mundo, inclusive para mulheres negras, é uma forma de você ter acesso a esse tipo de discussão, e de perceber de como você pode agir para melhorar, é uma forma de saber. Ter acesso à informação já faz toda a diferença, para tomar uma atitude. O fato de eu ter entrado em duas graduações por cotas fez diferença, tanto que eu defendo, sim, é um paliativo, mas, por enquanto, é um caminho de inserir no meio acadêmico”. (ENTREVISTADA 5, 2014)

Por fim, é de suma relevância que essas estudantes percebam, durante todo o processo de vida social e acadêmica, a real importância de compreender participação social, movimento negro, movimento de mulheres negras e, principalmente, identidade negra. Destaca-se que, apesar das entrevistadas relatarem que a universidade proporciona novos horizontes, a maioria delas não teve uma maior participação social devido o ingresso no ensino superior, no entanto, ressalta-se que tal fato ocorre não por desinteresse, mas por fatores ligados a tempo, dedicação a outras atividades e trabalho remunerado e doméstico, que contribuem para não priorizar esses espaços de luta coletiva.

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar em que medida o ingresso na universidade influencia na participação social de estudantes negras cotistas, buscando fazer aproximações de uma realidade complexa e dinâmica, de forma a colaborar com o debate e instigar próximas pesquisas. Observamos que as estudantes negras cotistas do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Brasília reconhecem que a universidade pode colaborar para que estudantes decidam participar de algum movimento social.

Tais estudantes acreditam que a universidade fornece diversas oportunidades, inclusive de militância, estudantil ou em outras bandeiras de lutas. Todas as entrevistadas destacam a importância da participação social e da luta por direitos. No entanto, a maioria delas não participa de movimentos. A justificativa para a não participação está relacionada,

majoritariamente, à questão de disponibilidade de tempo, a sobrecarga de atividades acadêmicas, além de algumas exercerem atividades remuneradas e também atividades domésticas.

Nesse contexto, voltamos a falar que é histórico a não participação de mulheres negras nos locais de luta, movimentos, partidos e, inclusive, no poder, o que reflete em todos os âmbitos da vida social, e que sempre traz dificuldade para as mulheres negras. As mulheres negras sofrem duplo preconceito, o que torna para elas uma barreira social ainda maior. Segundo dados do PNAD 2011 e utilizado também no Dossiê Mulheres Negras 2013:

Da população negra no Brasil, aproximadamente a metade é composta de mulheres (50,1%). As mulheres negras são mais de 43 milhões de pessoas, o que representa 24,1% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens. (PNAD, 2011, p.8; DOSSIÊ MULHERES NEGRAS, 2013, p.16)

Assim, é preocupante o fato de haver, de forma pequena ou invisibilidade, uma representatividade de mulheres nos espaços públicos, políticos ou não. Igualmente desfavorável é o reduzido número de produção acadêmica destacando as condições de inserção social e políticas das mulheres negras no Brasil. Muitas das fontes são internacionais e não são de fácil acesso. Acredita-se que essa luta das mulheres negras e suas demandas unitárias sejam um fenômeno contemporâneo e, por isso, a maioria dos estudos tem se desenvolvido recentemente. Sendo assim, temos que considerar, sobretudo, que as mulheres negras adquiriram um enorme desempenho político na sociedade ao levarem a articulação entre a raça e gênero para o interior dos movimentos sociais nos quais fizeram e ainda fazem parte, procurando encontrar espaço para a discussão sobre a interseccionalidade entre gênero e raça, e sobre demandas específicas.

Cabe, por fim, destacar que, de acordo com a pesquisa, mesmo com as entrevistadas em sua maioria não participando ativamente, todas concordam que a universidade tem um papel emancipador e libertador para as questões de construção de identidade e luta de mulheres negras. Todo o processo desse trabalho mostra que as mulheres negras estão cada vez mais presentes na universidade, que o sistema de cotas é importante e que a universidade tem cumprido o seu papel, mesmo que de forma parcial. Logo, acredita-se numa sociedade

com futuras profissionais negras que tenham consigo a autoafirmação e bandeiras de lutas coletivas. Terão, assim, as características de mulheres que têm não só lutas de militância em movimentos, mas uma luta diária contra o sistema capitalista, opressor e racista.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Leila. BARRETO, Andréia e HEILBORN, Maria Luiza. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** | GPP – GeR: móduloV/ Orgs. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém: Graphitte, 1993.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORBIN, J. e STRAUSS, A. **Noções básicas de pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria**. 3º Ed. Newbury Park, CA:Sage, 2008).

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Controle Social**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (orgs.). Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009, p. 66-72.

COUTINHO, C. N. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 83, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. In: MATO, Daniel (org.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004, p. 95-111.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Social. Serviço Social & Realidade**, Franca v. 17, n1, 2001.

DOMINGUES, Petrônio (2005). **A insurgência de ébano a história da frente negra brasileira (1931-1937)**. São Paulo. Tese de doutorado/USP.

FIDALGO, Antônio. **O papel da Universidade**. 1993.

FONTES, V. **Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. In: Neves, L. M. W; Lima, J. F. (Orgs.). Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

GROSSI, Mirian P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Estudos de Gênero. Cadernos de Área, n. 9. Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas. Goiânia: UCG, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010.

GOMES, Ana Ligia. **Os conselhos de políticas e de direitos**. In: Capacitação Continuada para assistentes sociais, Módulo 4. Brasília: NED/CEAD, Universidade de Brasília, 2000.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade 2005. (Coleção Educação para Todos)

GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira”. In: Madel Luz (org). O lugar da Mulher. Rio de Janeiro. Graal. (1982).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. (1979). **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal.

HERINGER, Rosana (2000). “A agenda anti-racista das ong’s brasileiras nos anos 90. In: GUIMARÃES e HUNTLEY (Org.). Tirando a Máscara. Paz e Terra. São Paulo: Paz e Terra.

HOOKS, Bell. **Alisando nosso cabelo**. Janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do Espanhol da revista Unión de escritores y Artista de Cuba.

MANZINI, E. J. **Entrevista: definição e classificação**. Marília: Unesp, 2004. 4 transparência. P&b.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção os Economistas, 1982.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. (2004). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), Cadernos Penesb 5. Niterói: EdUFF.

NEVES, Angêla Vieira. **Cultura Política e Democracia Participativa: Um Estudo sobre o Orçamento Participativo**. 1º ed. Gramma Editora, 2008.

_____. **Espaços públicos e Serviço Social: um desafio ao projeto ético-político.** Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 45-58, jan.-jun./2010.

_____, e CASTRO, Alba Tereza Barroso. **Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social: Uma perspectiva crítica.** 1º ed. Brasília: UNB, 2012.

_____, Angela Vieira; SILVA, Suellen Henriques. **A experiência do orçamento participativo: um desafio ao projeto ético-político na construção de um novo locus de intervenção para o serviço social: entre a organização política e a prática burocrática.** 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

OAKLEY, Ann. **Sexo, Gênero e Sociedade.** London: Temple Smith. Reproduzido com nova introdução, London: Gower, 1972.

OGUNBIYI, Adomair. **O que é movimento negro?** São Bernardo do Campo, SP: Cadernos Papo Sérió – Movimento Negro Unificado – MNU, 1996.

PAIXÃO, Marcelo, CARVANI, Luiz M. (orgs.). **Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PÁDUA, Elisabete Matalaio Marchesini. **Metodologia de Pesquisa: Abordagem teórico-prática.** 17º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

PRADO, Marco Aurelio Maximo e RODRIGUES, Cristiano Santos. **Movimento de Mulheres Negras: Trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro.** Psicologia & Sociedade, 2010.

SANT'ANA, Luiz Carlos. **Breve Memorial do Movimento Negro no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Papéis Avulsos, CIEC/UFRJ, nº 53, 1998.

SEPPPIR. **III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Subsídios para o debate.**

SEOANE, Andreia da Silva Machado. **Um estudo sobre a participação da sociedade civil no fortalecimento da política pública vinculada ao CDCA/DF,** 2013.

SILVA, Silvana Bárbara. **Inserção das Mulheres Negras nos movimentos sociais.** Blogueiras Negras, 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20(2), p.71-99, 1995.

TATAGIBA, L. 2002. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil.** In : DAGNINO,E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992, 135 p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).

WERNECK, Jurema. **Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe.** 2008. De Ialodês e Feministas.

Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2012)

Dossiê Mulheres Negras, 2013.

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social

Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Participação Social das Estudantes Negras Cotistas da Universidade de Brasília”, de responsabilidade de Tatiane Pereira da Costa, aluna(o) de graduação da Universidade de Brasília. O objetivo é analisar de que forma o ingresso na Universidade influencia a participação social de estudantes Negras Cotistas. Assim, gostaria de consultá-la(o) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas compostas por questões abertas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa descobrir em que medida o ingresso na Universidade influencia a participação social de Estudantes Negras Cotistas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 91545788 e/ou e-mail tatibsb18@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de consulta ao trabalho do pesquisador disponível em cópia na Biblioteca Central da UnB, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a(o) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura da(o) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Brasília, ___ de _____ de _____.

ANEXO B: Roteiro de entrevista

Nome da entrevistada:

Data da entrevista:

Duração: Início: __: __h(s) Término: __: __h(s)

Dados Gerais

1. Informações gerais:

sexo, idade, cor, naturalidade, ocupação (última atividade), local de moradia.

2. Período de ingresso e curso.

3. Participa ou já participou dos programas de Assistência Estudantil?

4. Você trabalha? Em quê? Conseguiria se manter na Universidade sem o salário? Por quê?

Participação em Movimentos Sociais

1. O que você entende por participação social? Você acha importante participar de movimentos? Por quê?

2. Participa ou participou de alguma organização/movimento no âmbito da Universidade? CAs DCE
Conselhos Estudantis Coletivos Movimento Estudantil Outros, Quais?

Se não, por quê?

Caso sim, quais? Durante quanto tempo? Como avalia sua participação?

3. O que motivou a fazer parte dessa/as organizações?

4. Acredita que tenha mudado algo na sua vida ou na sua compreensão de vida o fato de participar de movimento sociais?

5. Há algum histórico de participação de membros familiares, em alguma organização política? Se sim, em qual?

6. O que você entende por Identidade Negra?

7. Acredita que o pertencimento racial/a cor de uma pessoa influencia na sua participação em alguma organização política? Por quê? Sua cor influenciou na sua participação em algum movimento?

8. Você está inserida em um programa da Universidade para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, isso influencia a sua participação ou a não participação em alguma organização política?

9. O ingresso na Universidade contribui para que Estudantes Negras Cotistas em Vulnerabilidade Socioeconômica tenham uma maior participação social? Por quê?